

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, realizou-se a 15ª Reunião
2 Ordinária, por meio do aplicativo “Microsoft Teams” e transmitida ao vivo para a
3 população em geral por serviço de streaming (Youtube) disponibilizado no site do
4 CIMPDE (Reuniões 2025), nos termos nos da Portaria nº 17 complementada pela
5 Portaria nº 19/2020/SMDU.G . **PAUTA DA REUNIÃO: 1.** Comunicações Gerais; **2.**
6 Apresentação do Relatório das atividades de monitoramento do PDE - 2024. **01)** A
7 reunião foi iniciada às 14h55min, prosseguindo para o primeiro item da pauta, referente
8 às comunicações gerais, foi dada posse dos representantes do poder público, pela São
9 Paulo Urbanismo, Sra. Tatiana Rodrigues Antonelli de Mendonça (suplente), pela
10 Secretaria de Governo Municipal - SGM, Sr. Ramon Santoro Leonardi (titular) e Sra.
11 Jessica de Souza Farjado (suplente), pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana
12 e Obras - SIURB, Sr. Marcos Monteiro (titular) e Sra. Maria Caroline Landgraf Scaramelli
13 (suplente), pela Secretaria Municipal das Subprefeituras - SMSUB, Sr. Fernando Elias
14 Alves de Melo (titular) e Sra. Andrea Godoy Sanchez (suplente), pela Secretaria
15 Municipal de Inovação e Tecnologia - SMIT, Sra. Cintia dos Santos Borges (suplente), e
16 pela Secretaria Municipal de Cultura - SMC, Sra. Marília Barbour (titular) e Sra. Licia
17 Mara Alves de Oliveira Ferreira (suplente), nomeados pela Portaria SGM nº 79 de 17 de
18 março de 2025, publicada no D.O.C. 18 de março de 2025; ciência do Relatório Anual
19 2024 - Comitê Intersecretarial de Monitoramento e Avaliação da Implementação do
20 PDE - CIMPDE, que será encaminhado aos representantes; e informe sobre a 8ª
21 Conferência Municipal da Cidade de São Paulo; com a palavra, FERNANDO HENRIQUE
22 GASPERINI, boa tarde a todos e todas, sou FERNANDO GASPERINI, estou substituindo
23 a Eliana que está em férias, atuo na coordenação de PLANURB, peço desculpas a todos
24 pelo atraso; tínhamos 11 vistorias em SAPOPEMBA, o que nos atrasou, agradeço a
25 presença de todos; em seguida, com a palavra, informo que vamos apresentar o
26 relatório anual de PLANURB, com tendência de atualização e monitoramento do Plano
27 Diretor, a divisão de monitoramento ordena esse trabalho e fará a apresentação, após
28 abriremos para discussão; em sequência, com a palavra, TALITA VEIGA CAVALLARI,
29 boa tarde, estou secretariando a reunião, informo que a reunião está sendo gravada e
30 transmitida ao vivo no canal do YouTube, qualquer registro será feito por voz, antes do
31 item do CLEITON, comunicações gerais, posse dos novos representantes, convocação
32 foi adiantada, receberam os novos representantes antes da publicação oficial,
33 formalmente nomeados para posse hoje, conforme portaria SGM nº 79/2025, publicada
34 no DOC em 18/03; alteração na composição da SÃO PAULO URBANISMO, suplente
35 TATIANA RODRIGUES pela SECRETARIA DE GOVERNO, titular RAMON SANTORO,
36 suplente JÉSSICA DE SOUZA pela SIURB, titular MARCOS MONTEIRO, suplente
37 MARIA CAROLINE; pela SECRETARIA DAS SUBPREFEITURAS, titular FERNANDO
38 ELIAS, suplente ANDREIA GODOY, suplente CÍNTIA DOS SANTOS pela SMIT; pela



COMITÊ INTERSECRETARIAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR

39 SECRETARIA DA CULTURA, titular MARÍLIA BARBURY, suplente LÍCIA MARA, não
40 presentes; em seguida, relatório de atividades do CIMPDE, que será encaminhado após
41 a reunião, resumo das reuniões, resoluções e despachos emitidos, relatório sintético da
42 secretaria executiva; em sequência, informe referente à oitava conferência municipal da
43 cidade de SÃO PAULO, ocorrerá no fim de abril, etapas regionais com encontros aos
44 sábados, próximo encontro 22/03, das 9h ao meio-dia no CEU VILA ALPINA e das 14h
45 às 17h no CEU PARQUE BRISTOL, link para inscrição e divulgação estará disponível no
46 site; em seguida, com a palavra, CLEITON, para apresentação do relatório. 02) Em
47 relação ao segundo item da pauta, foi realizada a apresentação do relatório das
48 atividades de monitoramento do PDE - 2024 pelo Diretor da Divisão de Monitoramento
49 e Avaliação (DMA) de PLANURB, Sr. Clayton Erik Teixeira, seguida de debates; com a
50 palavra, CLAYTON ERIK TEIXEIRA, boa tarde, bem-vindos e bem-vindas aos novos
51 membros do comitê; em sequência, apresento para aqueles que são novos, o que
52 fazemos no monitoramento e avaliação do PDE, de acordo com as atribuições previstas
53 na lei do Plano Diretor, que estabelece o escopo mínimo de monitoramento e avaliação,
54 regulamentado pelo decreto que cria o CIMPDE e pelo decreto da SMUL, que estrutura
55 a SMUL e define as atribuições da divisão de monitoramento e avaliação dentro da
56 Coordenadoria de PLANURB; basicamente, monitoramos os objetivos do PDE, as ações
57 prioritárias e os instrumentos urbanísticos de gestão ambiental; hoje apresento o
58 relatório de atividades de 2024, já encaminhado, abrangendo todos os trabalhos de
59 monitoramento, não apenas a revisão dos indicadores; quanto à revisão dos indicadores,
60 iniciada em 2024, refere-se aos instrumentos de política urbana e gestão ambiental,
61 foram criados 6 grupos de trabalho por resolução, sendo que 4 já ativos e 2 ainda não,
62 com processos administrativos correspondentes; caso necessário, substituições podem
63 ser feitas via processo administrativo, utilizando também nosso grupo de e-mail para
64 participação nos trabalhos; este ano iniciamos com 7 instrumentos, 3 já possuem
65 processos administrativos com todos os produtos entregues, os demais ainda em
66 andamento; avançamos na análise de instrumentos em seu fluxo de aplicação,
67 atualização legislativa e composição da ficha técnica na plataforma de monitoramento;
68 chegamos à proposta de indicadores candidatos e realizamos análises, enfrentando
69 dificuldades devido à obsolescência da plataforma, atualmente em testes alternativos; o
70 grupo não foi chamado desde o final do ano devido a outras demandas, incluindo a
71 paralisação das atividades no Martinelli, que causou ajustes de cronogramas; em breve,
72 os membros serão convidados a retomar os trabalhos, sendo que o único já retomado é
73 o de regularização fundiária; com a palavra, foi esclarecido que se trata de instrumento
74 específico, constituindo-se como casa à parte, razão pela qual não houve avanço no
75 respectivo processo, considerando que o PDE 2014, posteriormente, no ano de 2017,
76 sobreveio legislação federal referente à REURB, a qual não foi considerada na revisão
77 do PDE, bem como que, em momento posterior, foi editada legislação municipal mais
78 recente também acerca da REURB, de modo que a matéria passou a ser tratada de
79 forma diversa; em seguida, no tocante aos dados de licenciamento, foi informado que
80 constituem frente de trabalho relevante no âmbito da PLANURB, uma vez que se utiliza



COMITÊ INTERSECRETARIAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR

81 uma infinidade de informações provenientes dos dados de licenciamento, distribuídos
82 em diferentes sistemas, com formatos distintos, o que acarreta dificuldade no
83 tratamento e consolidação desses dados; em sequência, foi esclarecido que há sistema
84 que está sendo gradualmente descontinuado para a implementação de novo sistema,
85 denominado Aprova Digital, em funcionamento desde 2020, motivo pelo qual a equipe
86 vem aprimorando a metodologia de trabalho com tais dados; na continuidade, foi
87 relatado que uma das etapas previstas para o ano de 2024, que não logrou avanço,
88 refere-se à metodologia de integração de dados provenientes de múltiplos documentos
89 emitidos pelo licenciamento para um mesmo empreendimento, objetivando a
90 consolidação de lista de empreendimentos com todos os documentos emitidos, tendo
91 sido consignado que atualmente a plataforma disponibiliza lista de alvarás, e não de
92 empreendimentos, apesar do progresso já alcançado; em seguida, foi registrado que a
93 equipe está trabalhando, no presente momento, no desenvolvimento dessa
94 metodologia; na sequência, foi informado que houve atualização dos dados de
95 licenciamento até setembro de 2024, encontrando-se em andamento a atualização até
96 dezembro, abrangendo o fechamento do exercício; com a palavra, foi consignado que
97 também foi realizado trabalho de georreferenciamento dos empreendimentos
98 licenciados, sendo o mapa apresentado meramente ilustrativo; em continuidade, foram
99 destacados avanços na última avaliação, com a inclusão de campo referente ao número
100 de unidades residenciais, número de blocos e número de pavimentos, bem como, no
101 âmbito do Aprova Digital, a inclusão de dados de unidades residenciais por tipologia
102 HIS, HMP, R2H e R2V, além do próprio georreferenciamento; por fim, foi informado
103 que o número do processo constante no canto superior direito corresponde ao processo
104 administrativo que trata dos procedimentos e metodologias adotados, no qual é possível
105 consultar integralmente a metodologia desenvolvida para o georreferenciamento, para a
106 inclusão dos dados e para a contabilização de pavimentos e blocos, dentre outros
107 aspectos técnicos pertinentes; em seguida, foi informado que outra frente de trabalho
108 refere-se à correção e às alterações decorrentes das revisões nos perímetros das
109 unidades territoriais, tais como Macroárea, PIU e Eixos, em razão de mudanças
110 promovidas por legislação superveniente; com a palavra, foi esclarecido que houve
111 alterações nos Eixos, bem como modificações nas Macroáreas, sendo esta última a mais
112 recente, além da reconfiguração dos Polos Econômicos, que passaram a absorver o que
113 anteriormente era denominado PIDE, registrando-se ainda mudanças nas Operações
114 Urbanas e nas Áreas de Intervenção Urbana; em sequência, foi consignado que se trata
115 de frente de trabalho relevante, que demanda maior avanço, tendo sido realizado, até o
116 momento, trabalho envolvendo Distritos e Subprefeituras, e, posteriormente, as
117 Macroáreas; na continuidade, foi destacado que a Macroárea sofreu alteração legislativa
118 no mês de dezembro, com modificação em uma das Macroáreas em decorrência da
119 ampliação do Aterro São João, além de outras correções efetuadas; em seguida, foi
120 esclarecido que o mapa apresentado possui caráter ilustrativo, indicando, em vermelho,
121 os trechos nos limites de Macroárea em que foram identificados erros topológicos, os
122 quais são desprezíveis sob o ponto de vista métrico, por se tratarem de diferenças de



COMITÊ INTERSECRETARIAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR

centímetros, não implicando impactos em procedimentos de licenciamento; com a palavra, foi detalhado que tais erros consistem em polígonos sobrepostos, lacunas entre uma Macroárea e outra, nós duplicados – entendidos como pontos de junção de duas linhas que, por falha, acabam sendo duplicados –, além de polígonos com buracos internos ou que não se fecham adequadamente, circunstâncias que prejudicam análises, especialmente no tocante ao cálculo de áreas; em sequência, foi informado que as referidas correções foram realizadas, apresentando-se exemplo ilustrativo mediante ampliação da linha destacada em vermelho, na qual se evidenciam sobreposições e lacunas; na continuidade, foi solicitado destaque ao número do processo constante no canto superior direito dos slides, no qual se encontram registrados todos os procedimentos e relatórios, possibilitando a consulta por eventuais interessados acerca da metodologia adotada; em seguida, foi apresentada a frente de trabalho relacionada aos dados de IPTU, esclarecendo-se que vêm sendo adotados procedimentos por meio da linguagem de programação R, de modo a assegurar auditabilidade, reprodutibilidade e transparência, estando todos os códigos e procedimentos igualmente juntados ao respectivo processo administrativo; por fim, foi consignado que as duas bases principais compreendem, de um lado, o agrupamento dos dados por lotes, com classificação em cinco categorias de uso e três níveis de verticalização, a serem detalhados posteriormente, e, de outro, a agregação dos dados por Quadras Fiscais, vinculadas às respectivas Macroáreas e demais recortes territoriais pertinentes; em seguida, conforme mencionado, foi esclarecido que, à direita do quadro apresentado, constam as categorias de uso adotadas, estruturadas em cinco classificações, quais sejam: exclusivamente residencial, exclusivamente não residencial, uso misto com predominância residencial, uso misto com predominância não residencial e terrenos não edificadas; com a palavra, foi detalhado que, quanto à verticalidade, foram definidos três níveis, considerando-se horizontal as edificações com até três pavimentos, vertical baixo aquelas entre quatro e oito pavimentos e vertical médio/alto as edificações a partir de nove pavimentos; em sequência, foram apresentados exemplos de testes e estudos de visualização, dentre os quais mapa ilustrativo demonstrando o coeficiente de aproveitamento efetivo nos anos de 2023 e 2024, organizado por Setores Fiscais, permitindo identificar as áreas com maior coeficiente efetivamente utilizado; na continuidade, foi exibido gráfico referente aos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, no qual se observa tendência de queda da linha horizontal, conforme esperado, e concomitante aumento da verticalização nos referidos Eixos; em seguida, foi apresentado mapa com diferenciação por tonalidade, sendo os polígonos mais escuros correspondentes às áreas já intensamente verticalizadas, os mais claros às áreas com baixa verticalização e aqueles claros com contorno em vermelho representando os perímetros que sofreram forte verticalização após a Lei de 2014, configurando-se como mais um estudo de visualização para análise dos dados; em sequência, foi retomada a frente de trabalho relativa à estruturação do monitoramento das ações prioritárias, registrando-se que os três slides apresentados já integraram exposição anterior, mantendo-se pertinentes em razão da presença de novos participantes; com a palavra,



COMITÊ INTERSECRETARIAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR

foi informado que a metodologia encontra-se em fase de consolidação, tendo sido realizado mapeamento das 143 ações prioritárias, identificação dos interlocutores responsáveis, definição de indicadores e caracterização das ações, as quais, em grande parte, possuem natureza objetiva, no sentido de “fez ou não fez”, abrangendo elaboração de planos, criação de programas, regulamentações e implantação de infraestrutura; em continuidade, foi consignado que já houve avanço na etapa de levantamento do estágio de implementação de parte dessas ações por meio de transparência ativa, mediante consulta aos sítios eletrônicos das Secretarias Setoriais e à plataforma GeoSampa, bem como, em alguns casos, por meio de transparência passiva, com solicitação formal de dados complementares; na sequência, foi registrado que ainda resta pendente o desenvolvimento da comunicação e ativação na plataforma específica; com a palavra, foi destacado que as 143 ações envolvem 18 Órgãos da Prefeitura, além de entidades e empresas responsáveis por sua implementação; por fim, foi exposto o desafio decorrente das sucessivas alterações normativas, uma vez que o PDE de 2014 estabeleceu determinadas ações prioritárias, como implantação de intervenções constantes em mapas e quadros específicos, porém sobrevieram revisões em 2023 e duas em 2024, além de planos setoriais que publicaram mapas e quadros próprios, nem sempre idênticos aos originais, razão pela qual se encontra em desenvolvimento quadro de monitoramento com indexador para cada intervenção, visando consolidar as diferentes versões, considerando situações de intervenções aglutinadas, substituídas ou suprimidas, trabalho este que, embora desafiador, tem apresentado avanços progressivos; em seguida, foi esclarecido que o quadro apresentado demonstra a situação de cada instrumento, sendo exemplificado que o Mapa 8 encontra-se em produção, o Mapa 9 em fase de checagem, as Áreas de Risco ainda em elaboração e o Sistema de Drenagem com metodologia em teste, registrando-se que todos os procedimentos, relatórios e arquivos correspondentes estão devidamente juntados ao processo administrativo indicado no canto superior direito dos slides, possibilitando a consulta integral da metodologia adotada; com a palavra, foi destacado que o Quadro 10, constante na última linha, pode gerar dúvida, esclarecendo-se que há o Quadro 10 original, referente a equipamentos sociais, e o denominado “Quadro 10+”, assim designado internamente para identificar a ampliação dos equipamentos previstos no Quadro 10, bem como a implantação de equipamentos não originalmente previstos, encontrando-se em fase inicial a sistematização desses dados; em sequência, foi consignado que a exposição realizada constitui síntese das atividades desenvolvidas, ressaltando-se que os representantes receberam relatório detalhado e que os processos administrativos correspondentes contêm a íntegra dos procedimentos e metodologias adotadas, permanecendo a equipe à disposição para esclarecimentos; na continuidade, foi informado que, em breve, serão convocados os Grupos de Trabalho para retomada da revisão dos indicadores; com a palavra, a Sra. Talita agradeceu ao Sr. Cleiton pela apresentação e declarou aberta a palavra aos representantes que desejassem formular perguntas ou apresentar considerações, solicitando que se manifestassem ao microfone e procedessem à devida identificação, em razão da gravação e transmissão da reunião;



COMITÊ INTERSECRETARIAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR

207 com a palavra, a Sra. Luciana Pascarelli Santos, Titular, SMUL (GEOINFO), manifestou
208 curiosidade acerca do levantamento realizado com os dados de IPTU e das categorias de
209 uso adotadas, questionando se a definição se baseou em alguma referência específica,
210 mencionando que, no âmbito da SMUL, há tipologia de uso, inclusive a tipologia “H”,
211 que considera padrão, indagando se teria havido correspondência, agradecendo desde
212 logo os esclarecimentos; em seguida, com a palavra, o Sr. Tadeu Lara, PLANURB/SMUL,
213 esclareceu tratar-se de versão mais simplificada em relação à tipologia “H”, a qual
214 usualmente contempla dezesseis categorias, informando que, para fins de
215 monitoramento do Plano Diretor, especialmente no que se refere às diretrizes
216 estabelecidas a partir de 2014, verificou-se limitação da referida tipologia por não
217 contemplar a categoria de uso misto, aspecto considerado relevante para aferir o grau
218 de consolidação desse tipo de uso na cidade; em sequência, esclareceu que a tipologia
219 “H” diferenciava, por exemplo, usos institucionais, padrões alto, médio e residencial de
220 qualidade, contudo, para os objetivos do monitoramento, optou-se por classificação
221 mais sintética; na continuidade, registrou que, em diálogo anterior com a equipe da
222 SMUL, não foi possível reproduzir integralmente todos os procedimentos
223 metodológicos adotados em levantamento realizado, possivelmente no ano de 2016,
224 razão pela qual se decidiu internalizar a manipulação dos dados, a fim de permitir a
225 construção das categorias atualmente utilizadas, consignando, por fim, que essa foi a
226 principal diferença metodológica adotada; com a palavra, o Sr. Clayton esclareceu que a
227 equipe se encontra em fase de elaboração do plano de trabalho para o exercício de
228 2025, com maior detalhamento, bem como de plano estratégico para os próximos
229 quatro anos de gestão, considerando a experiência acumulada no processo de revisão
230 do PDE ocorrido entre 2021 e 2022, que culminou na Lei de 2023, a qual foi
231 considerada relevante para o aprimoramento das ações; em seguida, destacou que,
232 tendo em vista que no ano de 2029 haverá revisão mais abrangente do PDE, conforme
233 disposto no art. 4º, que estabelece o prazo para alcance dos objetivos previstos, a
234 equipe pretende direcionar maior foco ao monitoramento e avaliação desses objetivos;
235 em sequência, registrou que será fundamental contar com a colaboração de todos os
236 integrantes, informando que serão realizados contatos por meio dos Grupos de
237 Trabalho, envio de e-mails ou abertura de processos administrativos, conforme
238 necessário; na continuidade, mencionou que possivelmente haverá interação mais
239 intensa com a SIURB, observando a chegada da Sra. Maria Takline, uma vez que grande
240 parte das ações prioritárias, especialmente aquelas constantes dos mapas, refere-se a
241 implementações e entregas atribuídas à referida Secretaria, razão pela qual se antecipa
242 que haverá contato frequente nos próximos períodos; em seguida, a Sra. Talita
243 agradeceu ao Sr. Cleiton e ao Sr. Fábio, dando prosseguimento aos trabalhos; com a
244 palavra, o Sr. Fábio Jorge Benini Cabral, Titular, CMPU2, cumprimentou os Conselheiros
245 e a Mesa, registrando consideração acerca dos Grupos de Trabalho, informando que, no
246 ano anterior, especialmente no mês de dezembro, houve série de reuniões dos GTs que
247 coincidiram com reuniões do CPTU e do CMPU, circunstância que dificultou a
248 participação dos Conselheiros, inclusive em razão de sobreposição de datas e da elevada



COMITÊ INTERSECRETARIAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR

249 intensidade de encontros realizados em curto período, os quais se mostraram
250 repetitivos em quantidade; em seguida, destacou que, enquanto representante da
251 sociedade civil, há limitação para participação constante, sobretudo em reuniões no
252 período vespertino, uma vez que as reuniões internas da sociedade civil ocorrem, em
253 regra, no período noturno, ressalvadas aquelas realizadas no âmbito da SMUL ou da SP
254 Urbanismo; em sequência, solicitou maior atenção ao calendário de reuniões, com
255 verificação prévia de eventual coincidência de datas, ressaltando que a Sra. Talita já
256 possui ciência da situação, sugerindo comunicação prévia para evitar conflitos; na
257 continuidade, solicitou, ainda, a disponibilização de relatório ou documento, ainda que
258 anterior, que sistematize o histórico e o planejamento das atividades desenvolvidas pela
259 equipe, considerando a rotatividade dos representantes da sociedade civil no colegiado
260 e a necessidade de melhor compreensão do percurso do planejamento para possibilitar
261 contribuição mais qualificada; por fim, agradeceu; com a palavra, a Sra. Lara Cavalcanti
262 Ribeiro de Figueiredo, Suplente, SMUL (GEOINFO), cumprimentou os presentes e,
263 complementando a manifestação anterior acerca dos GTs, solicitou esclarecimento
264 quanto à retomada das reuniões mencionada pelo Sr. Clayton, questionando, a título
265 exemplificativo, se o GT de Outorga, cuja discussão teria sido concluída, será retomado
266 para apresentação das conclusões alcançadas, bem como indagando se haverá
267 instituição de novos GTs relativos a instrumentos que não foram debatidos no exercício
268 anterior, consignando que tal ponto não restou claro; em seguida, com a palavra, o Sr.
269 Clayton Erik Teixeira, Titular, SMUL (PLANURB 2), cumprimentou o Sr. Fábio Jorge
270 Benini Cabral, registrando satisfação em conhecê-lo pessoalmente, após trocas
271 anteriores de e-mails e mensagens, e reconheceu a pertinência da observação acerca da
272 agenda dos GTs, esclarecendo que, diferentemente das reuniões do CMPU, realizadas
273 em horários que viabilizam maior participação da sociedade civil, os GTs possuem
274 caráter técnico, o que dificulta a realização em horários alternativos, comprometendo-
275 se, contudo, a avaliar com maior atenção o calendário para evitar conflitos com as
276 reuniões dos Conselhos; em sequência, informou que, na plataforma de monitoramento,
277 há aba específica de relatórios contendo todos os documentos desde o primeiro,
278 recomendando a consulta ao relatório de 2016, por ser o mais completo e detalhar os
279 procedimentos iniciais, ressaltando que diversas metodologias atualmente adotadas,
280 inclusive na revisão de indicadores, tiveram origem naquele momento; na continuidade,
281 em réplica à Sra. Lara Cavalcanti Ribeiro de Figueiredo, esclareceu que se faz necessário
282 alinhamento interno na PLANURB para definição da distribuição dos trabalhos entre as
283 divisões, considerando a disponibilidade de servidores, técnicos e estagiários, fatores
284 que impactam diretamente na organização dos GTs; por fim, consignou que, embora
285 ainda não seja possível indicar com precisão quais novos instrumentos serão priorizados,
286 haverá retomada dos GTs já iniciados para apresentação das conclusões, bem como
287 discussão conjunta acerca da definição dos próximos instrumentos a serem tratados
288 como prioritários; com a palavra, convidado não identificado dirigiu-se à Sra. Talita e ao
289 Sr. Clayton, agradecendo os esclarecimentos anteriores e formulando questionamento
290 acerca do funcionamento dos Grupos de Trabalho, indagando como se dão os

encaminhamentos no âmbito dos GTs, se as deliberações ou eventuais propostas de resolução, alteração ou fechamento de planejamento possuem autonomia no próprio GT ou se necessariamente devem ser pautadas posteriormente em reunião ordinária ou extraordinária do colegiado; em seguida, registrou que, em outros espaços institucionais, como na Câmara Municipal ou em Conselhos Participativos, os GTs possuem funcionamentos distintos, razão pela qual solicitou esclarecimentos quanto ao procedimento interno adotado, especialmente no que se refere a encaminhamentos, deliberações e necessidade de submissão posterior ao Plenário; em seguida, com a palavra, o Sr. CLAYTON ERIK TEIXEIRA, TITULAR, SMUL (PLANURB 2), esclareceu que os Grupos de Trabalho não possuem a mesma rigidez formal observada em Conselhos paritários, destacando que o Comitê possui caráter predominantemente técnico, e que os GTs foram estruturados com o objetivo de conferir maior agilidade e produtividade às discussões, promovendo a articulação entre os técnicos das respectivas áreas temáticas; em sequência, informou que as agendas dos GTs são organizadas, em grande medida, conforme a disponibilidade dos participantes, e que o planejamento desenvolvido no âmbito dos GTs é de natureza interna, sendo que os resultados produzidos, como por exemplo a proposta de novos indicadores, são posteriormente apresentados ao Comitê, instância que exerce função deliberativa sobre tais resultados, não cabendo ao GT a deliberação final; na continuidade, com a palavra, a Sra. Talita indagou se haveria mais alguma manifestação e, não havendo, informou, a título de informe, que o relatório apresentado necessitava, primeiramente, de apreciação pelo Comitê, para posterior encaminhamento ao C MPU, esclarecendo ao Sr. Fábio Jorge Benini Cabral que o tema deverá constar como pauta de reunião ordinária do C MPU, e não de eventual reunião extraordinária, ressaltando que as discussões naquele colegiado poderão gerar novas demandas a serem tratadas no âmbito do Comitê, reforçando a integração entre ambas as instâncias; em seguida, informou que as reuniões passaram a ocorrer com periodicidade quadrimestral, registrando que o próximo encontro está agendado para o dia 24 de junho, sem prejuízo da retomada dos GTs em momento anterior, destacando que a programação para o exercício de 2025 será disponibilizada no sítio eletrônico oficial. 03) Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Coordenador agradeceu a participação do colegiado e encerrou a reunião às 15h29min.

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

FERNANDO KEN OTSUKA

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

PLANURB 2

CLAYTON ERIK TEIXEIRA

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

DEUSO

TALES EDUARDO FERRETTI PACHECO

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

DEUSO

LISANDRO FRIGERIO

TITULAR

**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO
GEOINFO**

LUCIANA PASCARELLI SANTOS
TITULAR

**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO
GEOINFO**

LARA CAVALCANTI RIBEIRO DE FIGUEIREDO
SUPLENTE

SÃO PAULO URBANISMO

GUILHERME HENRIQUE FATORELLI DEL'ARCO
TITULAR

SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL

RAMON SANTORO LEONARDI
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO

RAFAEL MIELNIK

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE

MARCELO EDUARDO SERON

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS

MARIA CAROLINE LANDGRAF SCARAMELLI

SUPLENTE

SMIT SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

NATALIA MASSARO RAIMUNDO

TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

FÁBIO JORGE BENINI CABRAL

TITULAR